

**Se quiser receber estes estudos envie uma mensagem para [edr2@netcabo.pt](mailto:edr2@netcabo.pt)**

## **O AUMENTO DO NÚMERO DE TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA, A DIMINUIÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL E O DISPARAR DA DESPESA COM AQUISIÇÕES E JUROS**

Numa altura em que está em preparação o Orçamento do Estado para 2019, e em que o número e as remunerações dos trabalhadores da Função Pública estão em debate no espaço público, e sendo esta uma matéria importante para todos os portugueses, já que tem impacto muito grande na vida de cada um (*saúde, educação, segurança social, segurança das pessoas e bens, etc.*), interessa analisar, utilizando para isso os últimos dados divulgados pelo Ministério das Finanças e da Administração Pública, como a situação tem evoluído no setor.

### **CONTRARIAMENTE AO QUE SUCEDEU DURANTE O GOVERNO PSD/CDS, O NÚMERO DE TRABALHADORES TEM AUMENTADO E EM ÁREAS IMPORTANTES PARA A VIDA DA POPULAÇÃO**

O quadro 1, com os últimos dados da DGAEP, mostra a evolução do número de trabalhadores das Administrações Públicas durante os governos do PSD/CDS e do PS.

**Quadro 1 – Trabalhadores das Administrações Pública – 2011/2018**

CARGO / CARREIRA / GRUPO	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS				
	2011 31-dez.	2015 30-Set.	2018 30-Jun.	2011-2015 Gov. PSD/CDS	2015-2018 Gov. PS
<b>TOTAL</b>	<b>727 785</b>	<b>649 416</b>	<b>675 320</b>	<b>-78 369</b>	<b>25 904</b>
Representantes do poder legislativo (a)	3 165	2 215	2 355	-950	140
Dirigente superior:	1 933	1 639	1 649	-294	10
Dirigente Superior de 1.º grau	738	617	600	-121	-17
Dirigente Superior de 2.º grau	1 195	1 022	1 049	-173	27
Dirigente intermédio:	11 019	9 262	10 177	-1 757	915
Dirigente Intermédio de 1.º grau	3 117	2 520	2 628	-597	108
Dirigente Intermédio de 2.º grau	5 144	4 828	5 258	-316	430
Dirigente Intermédio de 3.º e mais graus	2 758	1 914	2 291	-844	377
<b>Técnico Superior</b>	<b>58 132</b>	<b>55 415</b>	<b>62 430</b>	<b>-2 717</b>	<b>7 015</b>
<b>Assistente técnico/administrativo (b)</b>	<b>97 952</b>	<b>85 042</b>	<b>84 673</b>	<b>-12 910</b>	<b>-369</b>
<b>Assist. operacional/operário/auxiliar (c)</b>	<b>173 609</b>	<b>152 045</b>	<b>152 272</b>	<b>-21 564</b>	<b>227</b>
Informático	5 195	4 888	5 013	-307	125
Magistrado	3 804	3 903	3 769	99	-134
Diplomata (d)	372	349	376	-23	27
Pessoal de Investigação Científica	1 816	1 359	1 490	-457	131
<b>Docente Ensino Universitário</b>	<b>13 997</b>	<b>13 565</b>	<b>14 682</b>	<b>-432</b>	<b>1 117</b>
<b>Docente Ensino Superior Politécnico</b>	<b>9 694</b>	<b>7 844</b>	<b>9 807</b>	<b>-1 850</b>	<b>1 963</b>
<b>Educ. Infância e Doc. Ens. Básico/Secund.</b>	<b>151 170</b>	<b>124 875</b>	<b>135 365</b>	<b>-26 295</b>	<b>10 490</b>
<b>Pessoal de Inspeção</b>	<b>1 731</b>	<b>1 586</b>	<b>1 662</b>	<b>-145</b>	<b>76</b>
<b>Médico</b>	<b>25 049</b>	<b>26 914</b>	<b>29 914</b>	<b>1 865</b>	<b>3 000</b>
<b>Enfermeiro</b>	<b>42 769</b>	<b>41 338</b>	<b>45 023</b>	<b>-1 431</b>	<b>3 685</b>
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	8 935	8 563	8 957	-372	394
Técnico Superior de Saúde	1 913	1 883	1 837	-30	-46
<b>Administração Tributária e Aduaneira</b>	<b>9 926</b>	<b>9 463</b>	<b>9 218</b>	<b>-463</b>	<b>-245</b>
Conservador e Notário	682	619	600	-63	-19
Oficial dos Registos e do Notariado	4 568	4 066	3 992	-502	-74
Oficial de Justiça	8 095	7 732	7 763	-363	31
Forças Armadas	34 514	29 978	26 601	-4 536	-3 377
<b>Polícia Judiciária</b>	<b>2 318</b>	<b>2 211</b>	<b>2 102</b>	<b>-107</b>	<b>-109</b>
Polícia de Segurança Pública	21 934	20 933	20 519	-1 001	-414
Guarda Nacional Republicana	22 899	22 351	22 790	-548	439
Serviço Estrangeiros Fronteiras	756	740	803	-16	63
Guarda Prisional	4 312	4 084	4 359	-228	275
Outro Pessoal de Segurança	1 990	1 407	1 297	-583	-110
Bombeiro	2 264	2 016	2 344	-248	328
Polícia Municipal (e)	1272	1131	1481	-141	350

**FONTE: Estatísticas Emprego Público -2º Trimestre 2018 -DGAEP-DEEP-SIEP - MFAP**

Entre 2011 e 2015, ou seja, com o governo PSD/CDS, o número de trabalhadores das Administrações Públicas (Central, Local e Regional) foi reduzido em 78.369. As categorias

**Se quiser receber estes estudos envie uma mensagem para [edr2@netcabo.pt](mailto:edr2@netcabo.pt)**

profissionais mais massacradas pelo governo de Passos Coelho/Portas foram os professores (-28.577); os Assistentes operacionais (-21.564); os Assistentes técnicos (-12.910); os Técnicos superiores (-2.717); os Enfermeiros (-1,431), e as Forças armadas e de segurança. Como consequência, registou-se uma profunda degradação de serviços públicos essenciais prestados à população, situação que ainda está longe de ser totalmente invertida.

Entre 2015 e 2018, já com o atual governo PS, o número de trabalhadores das Administrações Públicas aumentou em 25.904, o que corresponde apenas a um terço da redução imposta pelo governo PSD/CDS. As categorias profissionais mais beneficiadas com este aumento foram: os professores (+13.570); os Técnicos superiores (+7.015); os Médicos (+3000) e os Enfermeiros (+3.685). Categorias profissionais também importantes para o bom funcionamento dos serviços públicos, como são os Assistentes técnicos e os Assistentes operacionais, que tinham sido o alvo preferencial do ataque do governo PSD/CDS à Função Pública, ainda não foram beneficiadas com os aumentos de pessoal registadas.

#### **O NÚMERO DE TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA AUMENTOU, A DESPESA COM PESSOAL DIMINUIU, MAS A DESPESA COM AQUISIÇÕES A PRIVADOS E JUROS DISPAROU**

O número de trabalhadores das Administrações Públicas tem aumentado, mas despesas com pessoal da Função Pública diminuíram como revelam os dados da última execução orçamental que é de Julho de 2018, embora há que ter presente que, em 2017, 50% do subsídio de Natal foi pago em duodécimos o que não acontecerá em 2018 que será pago em Novembro na sua totalidade. O quadro 2, com os últimos dados da DGO do Ministério das Finanças revela uma redução da despesa com pessoal nos primeiros 7 meses de 2018 quando comparada com idêntico período de 2017.

RÚBRICAS	Administrações Públicas - Milhões €			Variação 2017/2018
	Jan/Jul2017	Jan/Jul2018	2017-2018	
Receita Fiscal	25 220	26 463	1 243	4,9%
Impostos diretos	10 894	11 601	707	6,5%
Impostos indiretos	14 326	14 862	536	3,7%
Contribuições de Segurança Social	11 286	11 838	552	4,9%
Despesas com o pessoal	11 799	11 660	-138	-1,2%
Aquisição de bens e serviços	6 261	6 801	541	8,6%
Juros e outros encargos	5 489	5 796	307	5,6%
Investimentos	2 041	2 142	101	4,9%
Saldo global	-3 734	-2 624	1 110	-29,7%
Saldo primário	1 755	3 172	1 417	80,7%

Fonte: Síntese execução orçamental - Julho-2018-Direção-Geral do Orçamento - Ministério das Finanças

Mesmo com o aumento do número de trabalhadores e com o descongelamento das carreiras dos trabalhadores das Administrações Públicas, a despesa com pessoal das Administrações Públicas nos primeiros sete meses de 2018 (11.660 milhões €) foi inferior à de idêntico período de 2017 (11.286 milhões €) em 138 milhões €. O que é chocante, não é o anterior pois pode resultar do pagamento de 50% do subsídio de Natal em duodécimos em 2017, mas sim o facto das despesas com “Aquisição de bens e serviços” a privados e com o pagamento de “juros e outros encargos” da dívida pública ter já aumentado, respetivamente, em 541 milhões e em 307 milhões € em 2018. Face a estes aumentos, mesmo a subida registada no investimento público (apenas + 101 milhões €) torna-se irrisória tendo em conta a situação de degradação em que se encontram muitas infraestruturas públicas (hospitais, escolas, etc.). Não há dinheiro para atualizar os salários, mas já há para pagar aquisições a privados e juros.

Se análise for apenas limitada à Administração Central conclui-se, segundo os dados divulgados pela DGO do Ministério das Finanças, que nos primeiros 7 meses de 2018 (jan./Jul.) foram gastos com Despesas com Pessoal 9.381,5 milhões € quando em idêntico período de 2017 tinham sido despendidos 9.523,3 milhões €, ou seja, em 2018 gastou menos 141,7 milhões € (a redução nas “remunerações certas e permanentes” dos trabalhadores da Administração Central em 2018 atingiu 96 milhões € quando se compara com as de 2017).

Para terminar, e para reflexão, apresenta-se o quadro 3 onde constam as remunerações base médias mensais dos trabalhadores das Administrações Públicas no período 2011/2018 por categorias profissionais o que revela, com clareza, a degradação das condições de vida dos trabalhadores da Função Pública se se tiver presente o enorme aumento de IRS do governo do PSD/CDS, ainda não totalmente revertido, e a subida de preços entre 2009 e 2018.

Eugénio Rosa – economista – outros estudos disponíveis em [www.eugeniorosa.com](http://www.eugeniorosa.com) pág. 2

Se quiser receber estes estudos envie uma mensagem para [edr2@netcabo.pt](mailto:edr2@netcabo.pt)

## O EFEITO AINDA MINIMO E DESIGUAL DO DESCONGELAMENTO DAS CARREIRAS NAS REMUNERAÇÕES MÉDIAS MENSIS DOS TRABALHADORES E O AUMENTO DE 12% NOS PREÇOS

O quadro 3 mostra os efeitos da reposição dos cortes nas remunerações base médias pelos governos PSD/CDS e PS, e do descongelamento das carreiras dos trabalhadores.

**Quadro 3 – Remunerações base medias mensais por categorias profissionais – 2011/2018**

CARGO / CARREIRA / GRUPO	Remuneração base média mensal										
	Governo PSD/CDS		Governo PS				PSD/CDS	Governo PS			
	outubro 2011	julho 2015	janeiro 2016	janeiro 2017	janeiro 2018	Abril 2018	2011/15 Efeito reposição cortes	2015/2017 Efeito reposição cortes	2015/2017 Efeito reposição cortes	2017/2018 Efeito progres- sões	2017/2018 Efeito Progres- sões
<b>Total</b>	<b>1 385 €</b>	<b>1 404 €</b>	<b>1 416 €</b>	<b>1 457 €</b>	<b>1 466 €</b>	<b>1 468 €</b>	<b>20 €</b>	<b>62 €</b>	<b>4,4%</b>	<b>1,6 €</b>	<b>0,11%</b>
Represent. do poder legislat. e de órgãos e	2 259 €	2 445 €	2 500 €	2 676 €	2 666 €	2 669 €	187 €	221 €	9,0%	2,8 €	0,10%
Dirigente superior:	3 548 €	3 598 €	3 756 €	3 952 €	3 904 €	3 901 €	51 €	305 €	8,5%	-2,8 €	-0,07%
Dirigente Superior de 1.º grau	3 686 €	3 772 €	3 900 €	4 110 €	4 105 €	4 092 €	86 €	333 €	8,8%	-12,5 €	-0,30%
Dirigente Superior de 2.º grau	3 459 €	3 489 €	3 666 €	3 854 €	3 783 €	3 786 €	30 €	294 €	8,4%	3,5 €	0,09%
Dirigente intermédio:	2 459 €	2 519 €	2 550 €	2 667 €	2 673 €	2 673 €	60 €	154 €	6,1%	0,6 €	0,02%
Dirigente Intermédio de 1.º grau	2 948 €	2 987 €	3 008 €	3 176 €	3 176 €	3 185 €	39 €	189 €	6,3%	8,8 €	0,28%
Dirigente Intermédio de 2.º grau	2 527 €	2 516 €	2 549 €	2 686 €	2 691 €	2 693 €	-11 €	175 €	6,9%	2,4 €	0,09%
Dirigente Intermédio de 3.º e mais graus	1 836 €	1 914 €	1 968 €	1 983 €	2 035 €	2 037 €	78 €	121 €	6,3%	2,4 €	0,12%
Técnico Superior	1 646 €	1 624 €	1 630 €	1 655 €	1 651 €	1 654 €	-22 €	26 €	1,6%	3,0 €	0,18%
Assist. técnico, técnico nível interm., admin	924 €	910 €	911 €	911 €	911 €	915 €	-14 €	1 €	0,1%	4,4 €	0,48%
Assist. operac., operário, auxiliar; aprend. e	623 €	613 €	618 €	630 €	644 €	648 €	-11 €	32 €	5,1%	3,9 €	0,60%
Informático	1 673 €	1 684 €	1 697 €	1 732 €	1 726 €	1 733 €	11 €	42 €	2,5%	7,0 €	0,41%
Magistrado	4 124 €	4 492 €	4 642 €	4 838 €	4 992 €	5 035 €	368 €	500 €	11,1%	43,6 €	0,87%
Diplomata (d)	2 398 €	2 346 €	2 347 €	2 481 €	2 554 €	2 543 €	-52 €	208 €	8,9%	-10,9 €	-0,43%
Pessoal de Investigação Científica	3 088 €	3 116 €	3 167 €	3 297 €	3 295 €	3 324 €	28 €	179 €	5,7%	28,3 €	0,86%
Docente Ensino Universitário	3 186 €	3 274 €	3 336 €	3 533 €	3 526 €	3 514 €	89 €	252 €	7,7%	-13,0 €	-0,37%
Docente Ensino Superior Politécnico	2 636 €	2 757 €	2 850 €	2 966 €	3 062 €	3 061 €	121 €	305 €	11,0%	-0,9 €	-0,03%
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secund	1 940 €	1 972 €	1 976 €	2 011 €	2 005 €	1 998 €	33 €	32 €	1,6%	-6,9 €	-0,34%
Pessoal de Inspeção	2 060 €	2 081 €	2 103 €	2 196 €	2 215 €	2 229 €	21 €	134 €	6,4%	13,5 €	0,61%
Médico	2 695 €	2 599 €	2 614 €	2 758 €	2 753 €	2 747 €	-96 €	154 €	5,9%	-5,8 €	-0,21%
Enfermeiro	1 331 €	1 300 €	1 305 €	1 326 €	1 322 €	1 333 €	-31 €	22 €	1,7%	10,1 €	0,76%
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	1 271 €	1 229 €	1 219 €	1 221 €	1 225 €	1 227 €	-42 €	-4 €	-0,3%	1,9 €	0,16%
Técnico Superior de Saúde	1 819 €	1 800 €	1 803 €	1 862 €	1 856 €	1 873 €	-18 €	55 €	3,1%	17,1 €	0,92%
Administ. Tributária e Aduaneira	1 829 €	1 792 €	1 760 €	1 838 €	1 913 €	1 921 €	-37 €	121 €	6,8%	7,1 €	0,37%
Conservador e Notário	3 359 €	3 372 €	3 370 €	3 554 €	3 707 €	3 712 €	13 €	336 €	10,0%	4,5 €	0,12%
Oficial dos Registos e do Notariado	1 830 €	1 826 €	1 838 €	1 904 €	1 888 €	1 892 €	-4 €	62 €	3,4%	3,9 €	0,21%
Oficial de Justiça	1 406 €	1 345 €	1 359 €	1 360 €	1 360 €	1 355 €	-61 €	16 €	1,2%	-4,9 €	-0,36%
Forças Armadas	1 121 €	1 130 €	1 145 €	1 162 €	1 195 €	1 213 €	9 €	65 €	5,8%	17,6 €	1,47%
Polícia Judiciária	1 804 €	1 759 €	1 759 €	1 806 €	1 854 €	1 870 €	-45 €	95 €	5,4%	15,7 €	0,85%
Polícia de Segurança Pública	1 297 €	1 344 €	1 370 €	1 405 €	1 413 €	1 412 €	47 €	69 €	5,2%	-0,9 €	-0,06%
Guarda Nacional Republicana	1 316 €	1 388 €	1 399 €	1 438 €	1 441 €	1 438 €	72 €	53 €	3,8%	-2,8 €	-0,19%
Serviço Estrangeiros Fronteiras	2 002 €	2 004 €	1 988 €	2 075 €	2 070 €	2 084 €	3 €	65 €	3,2%	14,0 €	0,68%
Guarda Prisional	1 011 €	995 €	1 003 €	1 038 €	1 042 €	1 042 €	-16 €	48 €	4,8%	0,1 €	0,00%
Outro Pessoal de Segurança	1 059 €	1 087 €	1 090 €	1 110 €	1 119 €	1 140 €	28 €	32 €	3,0%	20,4 €	1,82%
Bombeiro	993 €	973 €	965 €	970 €	993 €	997 €	-20 €	19 €	2,0%	4,4 €	0,45%
Polícia Municipal (e)	943 €	930 €	935 €	992 €	994 €	999 €	-13 €	65 €	6,9%	5,1 €	0,51%

FONTE: Estatísticas Emprego Público -2º Trimestre 2018 -DGAEP-DEEP-SIEP - Ministério das Finanças e da Administração Pública

Para evitar as críticas habituais, interessa lembrar que os valores das remunerações do quadro, são valores médios, não são valores que correspondam aquele que cada trabalhador recebe (é a média das remunerações de cada categoria que é diferente da remuneração de cada trabalhador).

Os dados do quadro 3, do Ministério das Finanças, revelam que a reposição do corte nos salários pelo governo PSD/CDS correspondeu em média, por trabalhador, a 20€, enquanto a reposição dos cortes nos salários feita pelo atual governo PS foi de 62€ em média por trabalhador, ou seja, três vezes superior à realizada pelo governo PSD/CDS. Por outro lado, essa reposição variou muito de categoria profissional, não determinando qualquer “aumento” para algumas categorias profissionais. Por ex. neste período, a remuneração média mensal dos Assistentes Técnicos e dos Assistentes operacionais (236.945 trabalhadores em 2018) diminuiu, respetivamente, em 14€ e 11€, apesar destes trabalhadores receberem as remunerações mais baixas pagas nas Administrações Públicas. E tudo isto segundo os dados divulgados pela DGAEP do Ministério das Finanças referentes ao 2º Trimestre de 2018. Segundo também a DGAEP, o descongelamento das carreiras na Administração Pública até Abril de 2018 teve um efeito praticamente nulo, já que o aumento médio mensal foi apenas de 1,6€ por trabalhador (consideramos como salário de Dez.2017 o de Jan.2018, pois a DGAEP não divulga dados do 1º, e em Janeiro de 2018 muitos poucos trabalhadores receberam a progressão), o que significa que a esmagadora maioria dos trabalhadores não teve qualquer progressão. Se não se entrar com a reposição dos cortes, as remunerações atuais são praticamente as mesmas de 2009 e, mesmo não considerando o enorme aumento de IRS do governo PSD/CDS ainda não totalmente revertido, os preços (IPC), entre 2009 e 2018, subiram 12% segundo o INE reduzindo significativamente o poder de compra dos trabalhadores. Portanto, agora quando o governo fala de um aumento de 3,1% em 2019 devido às progressões nas carreiras é mais uma ilusão, pois muitos continuarão a não ter nada.

Eugénio Rosa, [edr2@netcabo.pt](mailto:edr2@netcabo.pt) - 7 -9-2018

Eugénio Rosa – economista – outros estudos disponíveis em [www.eugeniorosa.com](http://www.eugeniorosa.com) pág. 3